



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Acordo de Cooperação nº XX/2021

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº XX/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO E O FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE, VISANDO EXPLICITAR AS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E PANTANAL (GEF-TERRESTRE)”, COM A INTERVENIÊNCIA DA UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio, Autarquia Federal, criada pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com inscrição no CNPJ sob o nº 08.829.974/0001-94, vinculado ao **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, com sede na EQSW Complexo Administrativo Sudoeste 103/104, nº 1, Bloco C, subsolo, Torre 4, Sudoeste, Brasília/DF, CEP 70.670-350 e jurisdição em todo o Território Nacional, doravante simplesmente denominado **ICMBio**, neste ato representado por seu Presidente, **FERNANDO CESAR LORENCINI**, nomeado pela Portaria nº 451, de 21 de setembro de 2020, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2020, Seção 02, página 01, e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.537.443/0001-04, com sede na Rua Voluntários da Pátria nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603, Botafogo, CEP 22.270-014, Rio de Janeiro/RJ, doravante denominado **FUNBIO**, neste ato representado por sua Secretária Geral, **ROSA MARIA LEMOS DE SÁ**, brasileira, divorciada, ecóloga, portadora da cédula de identidade nº M – 750.784, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 317.697.566-04, com a interveniência da **UNIÃO**, representada pelo **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, doravante denominado **MMA**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 e do Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019, inscrito no CNPJ sob o nº 37.115.375/0001-07, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, Brasília/DF, CEP: 70.068-900, neste ato representado pelo Ministro do Meio Ambiente, **JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 17199545-4, SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 144.002.098-14, nomeado pelo Decreto Presidencial S/N, de 23 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União – Extra, em 23 de junho de 2021, considerando a necessidade de implementação do “Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)”, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, que será regido pelos princípios de direito público e pela Lei 13.019/2014 e sua posterior alteração pela Lei 13.204/2015, observado o disposto no seu art. 31, inciso I, bem como pelo Decreto 8.726/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Acordo de Cooperação tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre o **ICMBio** e o **FUNBIO**, para a implementação das atividades do “**Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)**”, em consonância com o **Manual Operacional do Projeto (MOP)**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

2.1 “**Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre)**”: Projeto executado pelo **FUNBIO** e coordenado tecnicamente pelo Ministério do Meio Ambiente para apoio a implementação de estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal. Estas estratégias integram um plano de ação amplo, contando com diferentes instrumentos de políticas públicas para a biodiversidade, tais como Unidades de

Conservação (UCs), Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs), e Planos de Recuperação da Vegetação Nativa.

2.2 Unidade de Coordenação do Projeto (UCP): instância executiva instituída no MMA, para o exercício das atividades de coordenação, planejamento, execução e monitoramento técnicos do **Projeto GEF-Terrestre**.

2.3 FUNBIO: associação civil sem fins lucrativos certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, e designada pelo MMA, por meio do presente acordo, para exercer a execução técnica, financeira, fiduciária e de aquisições, e o monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do **Projeto GEF-Terrestre**, em conformidade com os termos do Convênio de Financiamento Não-Reembolsável.

2.4 Fundo Global para o Meio Ambiente - *Global Environment Facility* (GEF): desempenha a função de mecanismo financeiro da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), entre outras Convenções, com a finalidade de prover recursos adicionais para a execução de **Projetos** que beneficiem o meio ambiente global, caracterizado como **Doador** de recursos para o **Projeto**.

2.5 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): Agência Implementadora do **Projeto**, atuando como administrador fiduciário do GEF para o **Projeto GEF-Terrestre**.

2.6 Plano Operativo - PO: documento que estabelece as metas, atividades e cronogramas detalhados para execução do **Projeto**.

2.7 Órgãos Gestores: órgãos governamentais responsáveis pela condução das políticas e ações ambientais e pela administração das unidades de conservação dos diversos entes federativos.

2.8 *Proposal for Operations Development* (POD): é o documento preparado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que especifica as atividades, recursos e cronograma para preparação e supervisão do **Projeto**. O **POD** inclui os objetivos e metas, matriz de resultados e o plano de monitoramento e avaliação do **Projeto**.

2.9 Manual Operacional do Projeto – MOP: instrumento que objetiva orientar os procedimentos a serem adotados para a execução do **Projeto**, estabelecendo as suas rotinas, atividades e procedimentos, o qual deve ser observado por parte do **FUNBIO, BID, MMA, demais parceiros e beneficiários**.

2.10 Unidades Operativas do Projeto – UOs: responsáveis pela elaboração e execução do Plano Operativo das atividades-fim do **Projeto**, são **Unidades Operativas** os órgãos gestores estaduais das Unidades de Conservação apoiadas pelo **Projeto**, no MMA o Departamento de Áreas Protegidas – **DAP/MMA**, o Departamento de Espécies – **DESP/MMA** e o Departamento de Ecossistemas – **DECO/MMA**, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - **JBRJ**, e no **ICMBio** as Unidades de Conservação federais apoiadas pelo **Projeto**, e Diretorias envolvidas na implementação de ações do Projeto.

2.11 Unidade de Conservação - UC: definida pela Lei nº 9985/00, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, art. 2º, inciso I, como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

2.12 Relatórios Semestrais de Progresso: Relatório elaborado pelo **FUNBIO** e aprovado pelo **MMA**, a partir das informações técnicas e financeiras relativas às **Unidades Operativas do Projeto**, bem como de informações referentes à execução financeira do **Projeto** geradas pelo próprio **FUNBIO**, e contemplando a análise de desempenho em relação às metas do **Projeto**, no formato previsto no **MOP**.

2.13 Comitê Consultivo do Projeto (Comitê Executor): instância consultiva do Projeto, composta por representantes do **MMA**, **ICMBio**, **JBRJ** e órgãos gestores estaduais. Atua com a função de acompanhar a execução do Projeto e propor recomendações para um eficiente andamento do Projeto. As principais atribuições do Comitê Consultivo são: (i) acompanhar o planejamento, execução e monitoramento de todos os componentes do Projeto; (ii) analisar o impacto das atividades do Projeto sobre os resultados e indicadores do Projeto a fim de monitorar os avanços do Projeto em relação às metas; (iii) orientar as unidades operativas para a implementação das atividades sob sua responsabilidade repassando as diretrizes do Projeto à equipe local; e (iv) auxiliar na resolução de problemas que possam inviabilizar ou diminuir o ritmo de execução do projeto. O detalhamento dessas funções está estabelecido no Manual Operacional do Projeto.

2.14 Comitê Estratégico: Instância de coordenação máxima do Projeto, responsável por deliberar sobre metas, indicadores, orçamento, procedimentos, diretrizes critérios e arranjos de participação relacionados ao Projeto. As principais atribuições do Comitê Estratégico são: (i) acompanhar e avaliar os resultados e indicadores do Projeto; (ii) articular a participação dos órgãos governamentais federais e dos governos estaduais e participantes do Projeto; (iii) analisar as recomendações do Comitê Consultivo e deliberar sobre estas; e (iv) propor ações estratégicas para melhorar a execução e alcance de resultados do Projeto. A composição e o detalhamento das atribuições do Comitê Estratégico estão estabelecidos no Manual Operacional do Projeto.

2.15 Tracking Tool é uma ferramenta de avaliação de efetividade de gestão de unidades de conservação baseada no modelo desenvolvido pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas (CMA) da União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN), utilizada em todos os Projetos de áreas protegidas financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

2.16 Convênio de Financiamento Não-Reembolsável é o instrumento legal celebrado pelo BID e o FUNBIO, em 22 de maio de 2018, que regula os termos e condições para a concessão do financiamento não reembolsável do BID/GEF ao FUNBIO, tendo a República Federativa do Brasil, por intermédio do MMA, como beneficiário das ações do Projeto

2.17 Financiamentos paralelos: São os recursos adicionais ao valor do financiamento não-reembolsável do GEF nos termos do Convênio de Financiamento Não-Reembolsável. Estes financiamentos paralelos são as contrapartidas financeiras e não financeiras do MMA e dos demais participantes do Projeto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

3.1 A fim de alcançar os objetivos estabelecidos neste Acordo, constituem atribuições dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências institucionais:

3.2 Compete ao **ICMBio**:

3.2.1 Executar tecnicamente as ações do **Projeto** acordadas e planejadas em conjunto com a Unidade de Coordenação do **Projeto** (UCP) e **FUNBIO**, de acordo com o Manual Operacional do Projeto (MOP) e outros manuais ou roteiros que venham a ser estabelecidos pelo **BID**, **FUNBIO** e **UCP**;

3.2.2 Manter equipe técnica e administrativa mínima para o exercício das atividades definidas junto à **UCP**;

3.2.3 Promover a articulação com parceiros locais que possam contribuir com a execução do **Projeto** e alcance dos resultados e metas estabelecidos;

3.2.4 Manter pontos focais do ICMBio no **Projeto** atuante a fim de garantir o fluxo de comunicação sobre as ações do Projeto internamente, com a **UCP** e **FUNBIO**;

3.2.5 Participar das reuniões do Projeto em que for convocado para fins de planejamento, capacitação e monitoramento do **Projeto**;

3.2.6 Planejar e executar o Plano Operativo (**PO**) do **Projeto**, por meio do sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro);

3.2.7 Fornecer ao **FUNBIO** e à **UCP**, quando solicitado, informações técnicas e financeiras, inclusive de contrapartida, relativas à execução do Projeto, dentro dos prazos e formato estabelecidos, para fins de elaboração dos relatórios semestrais de Progresso;

3.2.8 Preencher e atualizar periodicamente as informações requeridas pela ferramenta **Tracking Tool** do **GEF** para monitoramento do **Projeto**, incluindo as informações financeiras e de gestão do sistema estadual de Unidades de Conservação;

3.2.9 Definir as especificações técnicas e fornecer os subsídios técnicos para auxiliar o **FUNBIO** na elaboração dos termos de referência relativos à consecução das atividades sob sua responsabilidade, previstas no **PO** do **Projeto**;

3.2.10 Acompanhar, avaliar e aprovar os produtos contratados e desenvolvidos no âmbito das atividades sob sua responsabilidade;

3.2.11 Zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados ao **ICMBio** pelo **FUNBIO** durante a execução do Projeto, devendo os bens adquiridos destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, os bens utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins;

3.2.12 Envidar esforços para garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas no Projeto após o término de sua execução

3.2.13 Conhecer as políticas aplicáveis e salvaguardas do **Projeto**, e garantir seu cumprimento nas ações que competem ao **ICMBio**;

3.2.14 Cumprir os compromissos de contrapartida no âmbito do Projeto.

3.3 Compete ao **FUNBIO**:

3.3.1 Realizar a gestão financeira e operacional do Projeto, contemplando a execução e monitoramento das atividades do **Projeto**, com eficiência, transparência e de acordo com as regras definidas no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**;

3.3.2 Manter equipe técnica e administrativa qualificada e em número adequado, para o desenvolvimento de suas atribuições enquanto gestor financeiro e operacional do **Projeto**, garantindo a sua plena execução;

3.3.3 Implementar as ações relativas à execução do **Projeto** em conformidade com as diretrizes do **Comitê Estratégico**, orientações da UCP/MMA e com as recomendações do **Comitê Consultivo**, salvo nos casos em que contrariem sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, seu regimento interno, ou seu *modus operandi*;

3.3.4 Conduzir o processo de planejamento e alocação de recursos nos Planos Operativos (**PO**) do **Projeto**, sob coordenação e orientação do **MMA**, e em conjunto com as **Unidades Operativas**;

3.3.5 Revisar os **POs** propostos pelo **MMA** e demais **Unidades Operativas**, no que tange à elegibilidade dos insumos planejados em relação às regras acordadas com o **BID**;

3.3.6 Consolidar os **POs** elaborados pelo **MMA** e demais **Unidades Operativas**, e enviar ao **MMA** para aprovação, para posterior envio ao **BID**;

3.3.7 Estruturar o **PO** consolidado aprovado pelo **MMA** no sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro), bem como adotar os procedimentos necessários para torná-lo operacional nos prazos determinados no **MOP**;

3.3.8 Elaborar Plano de Aquisições e Contratações a partir do **PO** consolidado do **Projeto**, a ser submetido ao **BID** para aprovação, e divulga-lo ao **MMA** e às demais **Unidades Operativas** após a sua aprovação;

3.3.9 Identificar, com o apoio das UOs, os fornecedores e prestadores de serviços locais necessários a consecução das atividades do Projeto, a partir das demandas constantes no Plano de Aquisições e Contratações do Projeto, devendo observar as políticas e procedimentos do **BID**;

3.3.10 Promover a capacitação das equipes do **MMA** e das demais **Unidades Operativas** apoiados nos procedimentos operacionais do **Projeto**;

3.3.11 Organizar e realizar os processos de aquisição e contratação necessários à consecução das atividades do Projeto, de acordo com as Políticas de Aquisição do **BID**, incluindo o desenvolvimento de especificações técnicas, a divulgação dos editais, o recebimento e pré-classificação das propostas técnicas e financeiras conforme critérios definidos em edital, o encaminhamento das propostas recebidas e pré-classificadas para que o demandante as avalie; o recebimento do resultado final do processo de seleção enviado pelo demandante; e a comunicação do resultado final a todos os participantes;

3.3.12 Apoiar a elaboração, integral ou parcialmente, as especificações técnicas e termos de referência relativas à consecução das atividades previstas nos **POs** do Projeto sob responsabilidade do **MMA** e das **Unidades Operativas do Projeto**, mediante solicitação específica, e submeter ao demandante para aprovação;

3.3.13 Prestar apoio técnico para a realização e acompanhamento de atividades relacionadas à sustentabilidade financeira de UCs, à elaboração e implementação de planos de negócio, e à integração entre parceiros nas áreas de intervenção do **Projeto**;

3.3.14 Adquirir e contratar, em seu nome, com recursos do **GEF**, os bens e serviços necessários à implementação do **Projeto**, de acordo com os **POs** aprovados, e com as

regras, prazos e condições acordados no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**, e de conformidade com as políticas e procedimentos do **BID**;

3.3.15 Manter o controle contábil atualizado e preciso de todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos de doação, de acordo com as regras estabelecidas no **MOP**, no **POD** e no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**;

3.3.16 Adotar os procedimentos e atividades estabelecidos no **MOP**.

3.3.17 Discutir e propor ajustes em procedimentos, documentos de referência e metodologias para alcance das metas do **Projeto**;

3.3.18 Reunir e consolidar as informações técnicas e financeiras, inclusive de contrapartida, relativas às **Unidades Operativas** apoiadas pelo **Projeto**, enquanto subsídios para a elaboração dos relatórios semestrais de progresso do **Projeto**;

3.3.19 Elaborar e oferecer ao **MMA** versão preliminar dos relatórios semestrais de progresso, a partir das informações técnicas prestadas pelas **Unidades Operativas**, inclusive **Tracking Tools**, bem como de informações relativas a execução financeira do **Projeto** geradas pelo próprio **FUNBIO**, analisando o desempenho em relação às metas do **Projeto**, no formato previsto no **MOP**;

3.3.20 Disponibilizar as **UOs** o uso de um sistema de informações próprio (sistema Cérebro), adequado ao gerenciamento das atividades e recursos do **Projeto**, incluindo módulos de planejamento, solicitação, acompanhamento dos processos seletivos e de prestação de contas das aquisições e contratações, monitoramento financeiro e contábil;

3.3.21 Manter o sistema de informações do **Projeto** atualizado e operativo, garantindo assim a celeridade dos processos de planejamento, execução (incluindo aquisições e contratações) e monitoramento da execução em relação ao planejado, bem como assistência técnica adequada, quando necessário;

3.3.22 Providenciar a resolução de problemas técnicos no sistema de informações do **Projeto**, a partir de canal específico para solicitações por meio dos parceiros usuários, respondendo aos pedidos em até cinco dias úteis e informando os procedimentos e prazo para sua solução;

3.3.23 Reverter os rendimentos financeiros advindos dos recursos do doador em favor dos objetivos do **Projeto**, conforme previsto no **Convênio de Financiamento Não-Reembolsável**, e a partir do detalhamento de atividades sob forma de **PO**;

3.3.24 Enviar ao **BID**, para análise e manifestação, a versão final dos relatórios semestrais de progresso, a partir das informações de execução técnica e financeira do **Projeto**, procedendo os ajustes ou complementação necessários à sua aprovação;

3.3.25 Manter informações e documentos do **Projeto** atualizados junto ao site do **FUNBIO**.

3.3.26 Fornecer bolsas de pesquisa, de acordo com os critérios de elegibilidade estabelecidos no **MOP**, por meio de Fundação de Apoio, com vínculo contratual estabelecido com IFES ou ICT, para o desenvolvimento e produção de material de cunho científico e intelectual;

Parágrafo Primeiro: 1º Os bens a que se refere a alínea “n” do inciso II serão doados à **Unidade Operativa** demandante mediante a assinatura de respectivo Termo de Doação, contendo as especificações necessárias, e serão imediatamente incorporados ao patrimônio da entidade beneficiária.

Parágrafo Segundo: 2º O material de cunho científico e intelectual produzido com o apoio do Projeto se reverterá em benefício da sociedade, podendo ser livre e gratuitamente divulgado pelos Partícipes, respeitados os direitos de autor, não sendo, no caso, aplicável a propriedade estabelecida na Cláusula Oitava adiante.

3.4 Compete ao **MMA**, como interveniente deste Acordo:

3.4.1 Coordenar tecnicamente o Projeto, por meio da **Unidade de Coordenação do Projeto (UCP)**, aprovando e monitorando a execução das atividades do **Projeto**, promovendo a articulação e integração entre os parceiros do Projeto, garantindo a comunicação entre as partes;

3.4.2 Manter a **Unidade de Coordenação do Projeto (UCP)**, com equipe técnica e administrativa qualificada e em número adequado, para o exercício das atividades de coordenação, planejamento, operação e monitoramento do Projeto, conforme o estabelecido no **Manual Operacional do Projeto**;

3.4.3 Coordenar as atividades do Conselho do **Projeto**, com reuniões ordinárias semestrais, ou extraordinárias, sempre que necessário, presidindo-as e garantindo o seu funcionamento em acordo com os termos definidos no **MOP**;

3.4.4 Coordenar o processo de alocação de recursos nos Planos Operativos (**PO**) do **Projeto**, em conjunto com as **Unidades Operativas** e **FUNBIO**;

3.4.5 Indicar ao **FUNBIO** os responsáveis pela operacionalização dos POs junto a cada **Unidade Operativa**, por meio do sistema de informações do **FUNBIO** disponibilizado ao **Projeto** (sistema Cérebro);

3.4.6 Analisar o desempenho das **UOs** em relação às metas do **Projeto**, a partir de relatórios gerenciais periódicos elaborados pelo **FUNBIO**, no formato estabelecido no **MOP**, e apresentar o resultado destas análises aos **Comitês do Projeto**;

3.4.7 Revisar, a versão final dos relatórios semestrais de progresso a ser encaminhada ao CP e ao BID, a partir das informações de execução técnica e financeira do **Projeto**, procedendo os ajustes ou complementação necessários à sua aprovação;

3.4.8 Adotar os procedimentos e atividades estabelecidos no **MOP**, e determinar o seu cumprimento por parte das **Unidades Operativas** do **Projeto**;

3.4.9 Orientar as **UOs** sobre as políticas aplicáveis e salvaguardas do **Projeto**;

3.4.10 Analisar eventuais propostas de alterações no PO e Plano de Aquisições encaminhadas pelo **FUNBIO** e **UOs**, a serem submetidas ao **BID**, de modo a verificar se as mesmas implicam mudanças na alocação de recursos ou acarretam em impactos nos objetivos e metas do Projeto.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

4.1 Os objetivos, justificativas, desenvolvimento, etapas e prazos de execução do objeto constante da Cláusula Primeira estão estabelecidos no Plano de Trabalho

(**Anexo I**), que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS BENS

5.1 No que se concerne aos bens adquiridos em nome do **FUNBIO** e doados ao **ICMBio** este se compromete a:

5.1.1 Utilizar os bens doados única e exclusivamente na execução do **Projeto**, sendo vedada a alienação, bem como utilização para qualquer outro fim, enquanto durar o **Projeto**.

5.1.2 Registrar em seu patrimônio os bens doados e informar ao **FUNBIO** no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do respectivo Termo de Doação, os números de patrimônio de cada bem;

5.1.3 Responsabilizar-se pelo perecimento ou deterioração natural dos bens doados, a partir do momento do seu recebimento, ainda que o fato tenha advindo de caso fortuito ou força maior. Em nenhuma circunstância o **FUNBIO** ficará obrigado a restituir os referidos bens ou indenizar o **ICMBio**.

5.1.4 Observar os termos estabelecidos na Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 8726/2016.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPES

6.1 Cada Partícipe responsabiliza-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes, na execução do objeto deste **Acordo de Cooperação**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra parte ou a terceiros.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS

7.1 O presente **Acordo de Cooperação** não gera obrigações financeiras de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

Parágrafo Primeiro. Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre os partícipes e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelos partícipes dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos.

Parágrafo Segundo. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente Acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

8.1 Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente Instrumento serão atribuídos ao **ICMBio**, sendo concedida licença gratuita de uso sem fins comerciais ao **MMA**, **FUNBIO** e ao **BID**.

Parágrafo Único: No caso de material desenvolvido ou elaborado pelo **FUNBIO** para o **Projeto**, a propriedade intelectual será atribuída ao **ICMBIO**, e será concedida licença gratuita para o uso sem fins econômicos ao **MMA**, ao **FUNBIO** e ao **BID**.

9. CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E DA PUBLICIDADE

9.1 Os partícipes assumem o compromisso, de comum acordo, de divulgar a sua participação no presente **Acordo de Cooperação**, fazendo constar seus nomes em folhetos, cartazes, peças promocionais e em todos os meios de publicidade utilizados na promoção do objeto deste Instrumento, nos termos do Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008 e alterações posteriores, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1 O presente **Acordo de Cooperação** terá a vigência de 3 (três) anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 5º e do artigo 21 do Decreto 8.726/2016.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

11.1 Este **Acordo de Cooperação**, bem como o seu Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre os Partícipes, durante sua vigência, mediante Termo Aditivo, devidamente justificado, desde que tal interesse seja manifesto previamente por escrito, sendo vedada a alteração de seu objeto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 O **ICMBio** e o **MMA** promoverão o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, conforme o artigo 60 e 61 da Lei 13.019/2014.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

13.1 As comunicações entre os partícipes poderão ser realizadas por e-mail e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas.

13.2 As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os abaixo mencionados:

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Endereço: EQSW 103/104, Complexo Administrativo - Setor Sudoeste.

CEP: 70.670-350 - Brasília - DF

Telefone: (61) 2028-9050

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE

Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 286 – 5º Andar - Botafogo

Rio de Janeiro-RJ - CEP 22270-014

Fax: (21) 2123 5354

Telefone: (21) 2123-5300

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

Endereço: Bloco B, Esplanada dos Ministérios

Brasília/DF - CEP 70068-90

Telefones: (61) 2028-2039/2192/2056

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização deste Instrumento, serão resolvidos mediante acordo entre os Partícipes.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

15.1 O presente Instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou pelo não cumprimento das obrigações ora assumidas, ou denunciado por consenso dos Partícipes, a qualquer tempo, mediante notificação expressa com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Fica assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os Partícipes.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 Caberá ao **ICMBio** providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União na forma do artigo 38 da Lei 13.019/2014.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO

Anexo I – Plano de Trabalho; e

Anexo II – Manual Operacional do **Projeto GEF-Terrestre**.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO DO FORO

18.1 Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação entre as partes, assegurada a participação

do órgão encarregado do assessoramento jurídico do Ministério do Meio Ambiente. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo, o Foro da Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

18.2 E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, para que produza os efeitos legais.

18.3. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Acordo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

Brasília, xx de outubro de 2021.

ROSA MARIA LEMOS DE SÁ

Secretária Geral do FUNBIO

FERNANDO CESAR LORENCINI

Presidente do ICMBio

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

Ministro do Meio Ambiente

TESTEMUNHAS:

1. Nome:
Id:
CPF:

2. Nome:
Id:
CPF:

02070.011237/2018-55
Número Sei:5213982



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Bloco C - Bairro Setor
Sudoeste - Brasília - CEP 70670-350

Telefone: 61 2028-9011/9013

PLANO DE TRABALHO

Acordo de Cooperação nº **XX/2021**

PLANO DE TRABALHO

1- DADOS CADASTRAIS DOS PARTICIPES

Órgão / Entidade Proponente			CNPJ
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO			03.537.443/0001-04
Endereço			
Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º andar e 6º andar, sala 603 - Botafogo			
Cidade	UF	CEP	DDD / Telefone
Rio de Janeiro	RJ	22.270-014	21 2123-5300
Nome do Responsável			CPF
Rosa Maria Lemos de Sá			317.697.566-04
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula
M-750.784 SSP/MG	Secretária-Geral	Representante Legal.	
Endereço:			CEP:
SHIS QI 27- conjunto 10 casa 10, Lago Sul, D.F.			71.675-100
Órgão / Entidade Concedente			CNPJ
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade			08.829.974/0001-94
Endereço			
EQSW 103/104 Complexo Administrativo Sudoeste nº 1 Bloco C subsolo, Torre 4 Sudoeste			

Cidade	UF	CEP	DDD / Telefone	
Brasília	DF	71.680-350	61 2028 9234	
Nome do Responsável			CPF	
FERNANDO CESAR LORENCINI			104.601.808-60	
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula	
110738639/ xxxx	Presidente	Representante Legal	3125588	
Endereço: EQSW 103/104 Complexo Administrativo Sudoeste nº 1 Bloco C subsolo, Sudoeste			CEP: 70.670-350	
Órgão / Entidade Interveniente		CNPJ		
Ministério do Meio Ambiente		37.115.375/0001-07		
Endereço				
Bloco B, Esplanada dos Ministérios				
Cidade	UF	CEP	DDD / Telefone	
Brasília	DF	70068-900	(61) 2028-1057	
Nome do Responsável			CPF	
JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE			144.002.098-14	
CI / Órgão Exp.	Cargo	Função	Matrícula	
17199545-4, SSP/SP	Ministro	Representante Legal	xxxxxxx	
Endereço			CEP	
Bloco B, Esplanada dos Ministérios			70068-900	

2 – DESCRIÇÃO DO PROJETO		
Título do Projeto: “ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANEJO PARA A BIODIVERSIDADE DA CAATINGA, PAMPA E PANTANAL (GEF-TERRESTRE)”.	Período de Execução	
	2021	2023
Identificação do objeto: Plano de trabalho para estabelecimento de Acordo de Cooperação (AC) entre o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, e o FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente, para a implementação das atividades do Projeto GEF-Terrestre (“Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal”).		

3- JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

O Projeto GEF-Terrestre está alinhado aos princípios da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) e a diversas políticas nacionais, tendo como principal linha de ação o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC- Lei 9.985 de 18 de julho de 2000). Este Projeto visa promover uma conservação efetiva em ecossistemas terrestres onde houve pouco investimento na conservação de sua biodiversidade e que continuam sofrendo fortes ameaças de conversão do uso da terra, sendo Caatinga, Pampa e Pantanal os biomas alvo.

O GEF-Terrestre, por meio de ações relacionadas ao aumento da efetividade de gestão de áreas protegidas, melhoria do estado de conservação de espécies ameaçadas, a recuperação de áreas degradadas e o envolvimento de comunidades e proprietários rurais em ações de manejo sustentável, deverá contribuir para o alcance das metas nacionais de biodiversidade 5, 11, 12, 14 e 15 (Resolução da CONABIO Nº 06 de 03 de setembro de 2013).

O Projeto GEF-Terrestre será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que orientará o planejamento, a execução e o monitoramento de atividades.

O Projeto GEF-Terrestre conta com recursos de doação do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, além da dotação orçamentária do Governo Brasileiro.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade, associação civil sem fins lucrativos, responsável pela execução financeira do Programa, conta com 22 anos de experiência em Projeto de Cooperação Internacional junto ao Ministério do Meio Ambiente, e atenderá às demandas de bens e serviços dos executores para a realização dos seus objetivos e metas com recursos provenientes da doação.

4 – ATIVIDADES PREVISTAS

1. Planejar as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto GEF-Terrestre, visando o fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação e o alcance das metas estabelecidas no Manual Operacional do Projeto.
2. Preencher a ferramenta do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGe) de Unidades de Conservação para as Unidades de Conservação que receberão apoio pelo Projeto GEF-Terrestre.
3. Prestar informações financeiras sobre o sistema federal de Unidades de Conservação por meio do preenchimento periódico da ferramenta *Tracking Tool* do GEF.
4. Desenvolver atividades relacionadas à sustentabilidade financeira de UCs visando diminuir a lacuna de financiamento destas no médio prazo, podendo considerar a elaboração e implementação de planos de negócios, mecanismos para utilização de recursos de compensação ambiental, entre outros.
5. Buscar parcerias para implementar ações de conservação e manejo nas áreas de intervenção do Projeto;
6. Identificar, com o apoio das UOs, fornecedores e prestadores de serviços locais necessários a consecução das atividades do Projeto;

7.	Realizar a gestão financeira e operacional do Projeto, com eficiência, transparência e de acordo com as regras definidas no MOP, no POD e no Convênio de Financiamento Não-Reembolsável;
8.	Articular com Unidades Operativas, instituições parceiras e instâncias de governança do Projeto para o monitoramento e a avaliação da execução do Projeto;
9.	Observar as salvaguardas e orientações estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental e Social do Projeto.

Tabela 1. Atividades a serem desenvolvidas pelos partícipes do Acordo de Cooperação XX/2021, seus indicadores e metas.

Atividade	Responsável	Indicadores	2021	2022		2023	Meta Final
			2º	1º	2º	1º	
Participar de oficina de planejamento para detalhamento das ações	ICMBio, Funbio e MMA	Oficinas de planejamento realizadas	1		1		2
Preencher e submeter o formulário de salvaguardas para identificação dos potenciais impactos sociais e ambientais	ICMBio	Formulários de salvaguardas preenchidos e submetidos	1		1		2
Revisar o planejamento das atividades	ICMBio, Funbio e MMA	Planejamento das atividades revisado	1		1		2
Preencher <i>Tracking Tool</i> de efetividade de gestão	ICMBio	Tracking Tool de efetividade de gestão preenchida		1		1	2
Preencher <i>Tracking Tool</i> de sustentabilidade financeira	ICMBio	Tracking Tool de sustentabilidade financeira preenchida				1	1
Fornecer informações para a elaboração do Relatório Semestral de Progresso	ICMBio e MMA	Informações enviadas para a elaboração do Relatório		1	1	1	3
Declarar anualmente os valores de financiamento paralelo	ICMBio e MMA	Valores de financiamento paralelo declarados		1		1	2
Consolidar as informações para elaboração do Relatório Semestral de Progresso	FUNBIO	Informações consolidadas e Relatório de Progresso elaborado		1	1	1	3
Revisar e aprovar Relatório Semestral de Progresso	MMA	Relatórios de Progresso aprovados		1	1	1	3
Disponibilizar ferramenta de modelagem de custos de UC	MMA	Ferramenta de modelagem de custos disponibilizada	1				1
Aplicar modelagem de custos para UCs do Projeto	ICMBio	Modelagem de custo aplicada para as UCs do Projeto	1				1

**FERNANDO CESAR
LORENCINI**

Presidente do ICMBio

Data

____/____/____

**ROSA MARIA LEMOS
DE SÁ**

Fundo Brasileiro para a
Biodiversidade - FUNBIO

Data ____/____/____

**JOAQUIM ALVARO
PEREIRA LEITE**

Ministro do Meio
Ambiente

Data

____/____/____